



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

### **ATA Nº3– Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 27 de junho de 2014**

No dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Discussão e votação da ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 28 de abril de 2014.**

**2 – Expediente para conhecimento.**

**3 – Período Antes da Ordem do Dia.**

**4 – Período da Ordem do Dia:**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

**4.2 – Aquisição de trabalhos a mais relativos à alteração da linha n.º 12 do Protocolo “Rede de transportes concelhia”, no período de 08.02.2014 e 10.03.2014;**

**4.3 – Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção de Batata de Semente;**

**4.4 – Minuta de Alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao fomento da Produção Pecuária.**

**4.5 – Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração de Pequenos Ruminantes;**

**4.6 – Prestação de Contas do Exercício de 2013 da Associação Energia de Trás-os-Montes – AE-TM (para conhecimento);**

**4.7 – Pedido de autorização para abertura de procedimento concursal com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tempo determinado (seis contratos a tempo inteiro e catorze contratos a tempo parcial);

**4.8 – AMAT / Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano económico de 2013 (para conhecimento);**

**4.9 – EHATB / Relatório de Execução Orçamental relativo ao 4º trimestre do ano de 2013 (para conhecimento);**

**4.10 – EHATB / Relatório e Contas relativo ao ano de 2013 (para conhecimento);**

**4.11 – Associação Promotora do Ensino de Enfermagem de Chaves / Relatório de Contas relativo ao ano económico de 2013 (para conhecimento);**

**4.12 – Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda. / Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2013 (para conhecimento);**

**4.13 – ADRAT / Prestação de Contas de 2013 (para conhecimento).**

### **5 – Período após a ordem do dia.**

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os deputados Marco Sousa, Carmen Fernandes, João Soares, Ana Martins, José Carlos Costa, Rui Duarte e Vitor Carreira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, Carmen Fernandes, Clotilde Gomes, António Eduardo Santos, Ana Maria Martins e José Bento Dias.

Não justificaram a falta à sessão anterior os deputados Paulo Dias e Sofia Fernandes. À deputada Sofia Fernandes não lhe foi justificada a falta uma vez que esta apresentou a justificação fora de prazo.

Estiveram presentes na sessão, o Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, os Senhores Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Duarte Crespo Gonçalves.

O Senhor Presidente da Câmara não esteve presente nesta sessão, por se encontrar em gozo de férias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal do pedido de renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal, apresentado pelo senhor Luís Filipe Lopes Afonso Carril para o qual tinha sido eleito nas últimas eleições autárquicas pela coligação “Unidos por Montalegre / PPD/PSD/CDS-PP. Em sua substituição, foi notificado o elemento a seguir da lista, o senhor Paulo Alexandre da Costa Dias, que também renunciou ao mandato, nos termos do nº 6, do art.º 79, da lei nº 169/99, de 11 de janeiro, na sua atual redação.

Posteriormente, foi notificado o Senhor Joaquim Carvalho Babo, também eleito pela coligação “Unidos por Montalegre – PPD/PSD/CDS-PP” que, encontrando-se presente nesta sessão e depois de verificada a legitimidade e a identidade, foi declarado investido nas funções de membro da Assembleia Municipal.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **1 – Discussão e votação da ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 28 de abril de 2014.**

A ata da 2ª sessão ordinária, realizada no passado dia 28 de abril de 2014 foi posta à consideração, tendo o deputado Domingos Vasconcelos feito alguns reparos.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que na ata se refere que retiraram um contentor do lixo e não se sabe onde e é para que conste que foram dois contentores do lixo junto ao cemitério de Sidrós.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com a abstenção do deputado Nuno Alves Pereira, por não ter estado presente na sessão anterior.

### **2 – Expediente para conhecimento.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

### 3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Nuno Pereira, Domingos Vasconcelos, Fátima Crespo, Ricardo Moura, José Fernando Moura, Ana Isabel Dias, Pedro Barroso e Paulo Barroso.

O deputado Acácio Gonçalves falou sobre o pelourinho de Montalegre e que este está a falsear a realidade e a história. A revista Aquae Flavie e o historiador João Soares Tavares dizem que o primeiro foral foi atribuído a Tourém e a Padornelos e por isso podem transferir este monumento para uma destas aldeias. Bem sabe que o executivo não tem culpa, mas não custa nada repor a verdade.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Exma. Mesa, Meus Senhores e Minhas Senhoras: Nestes últimos dias, muito se tem comentado acerca de uma cooperativa constituída por dirigentes associativos e não dirigentes e outros sem estarem ligados a associações que negociando em segredo, sem consultarem as próprias Assembleias Gerais, tomaram decisões que vão comprometer a existência dessas Associações com as mudanças de serviços que lhes estavam afetos (Pecuária – OPP, subsídios – IFAP e formação) e que eram o sustentáculo do apoio que o agricultor tinha a subsídios e pecuária. Houve exigências por parte dos dirigentes das Associações de agricultores, houve mudanças de pessoas indicadas para os órgãos dirigentes mas também se verificou muitas imposições por parte do executivo na pessoa do Senhor Presidente Orlando Alves que numa das reuniões no salão nobre do Município de Montalegre, fez questão em dizer que a constituição desta cooperativa se deve a uma das suas promessas eleitorais e o executivo quer ajudar, mas se as associações não se entenderem ele via-se na contingência de lhes cortar o subsídio de apoio pecuário aos agricultores.

A formalização da cooperativa está a decorrer na tramitação legal, mas nessa reunião no salão nobre da Câmara marcaram presença pessoas de boa fé que sempre desejaram ver o concelho avançar mas também estiveram presentes outros, Engenheiro Justo, Ventura e a secretária Ana Justo que fizeram questão com bastante desprazer em serem sócios fundadores da nova cooperativa de Barroso, esquecendo-se de que foram eles próprios que ajudaram à insolvência da Cooperativa Agrícola de Montalegre (COAGRIMONTE) e o abandono em que caiu o Centro de Formação Agrícola de Barroso ao ponto de lhe roubarem quadros elétricos, trem de cozinha, portas e janelas e restante recheio, não esquecendo a Cooperativa de Máquinas de Barroso e o tão pregoado ex-libris dos Matadouros – Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso em que os nossos produtores de gado barroso tanta esperança depositaram e que agora está moribundo esperando por esta nova



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

oportunidade que esta nova cooperativa lhe vai dar com a ajudazinha do Município "mãos largas" com o nosso dinheirinho ao pagar os calotes contraídos à Caixa Agrícola Mútua que como diria Camões dos fiadores a avalistas "se vão da lei da morte libertando". O que estou aqui a dizer tentei dizê-lo na intervenção que tive nessa assembleia do salão nobre da Câmara mas não fui ouvido, pois fui esclarecido pelo Eng.º Justo que não pude interromper porque o "fado triste" deve ouvir-se em silêncio.

De boas intenções está o mundo cheio e por isso eu não vou ser nenhum "velho de Restelo" mas os marujos que vão agora embarcar com bom tempo espero que cheguem a bom porto a fim de embarcarem com a guerra dos sacos de batata de semente, dada aos amigos pelo Município que nós beneficiamos mas contudo vamos pagar 33.000,00€ que só agora nesta sessão vamos regulamentar; que seja constituída a OPP concelhia, tão desejada pelo senhor Presidente da Câmara para não dependermos mais doutros concelhos; que se adquiram as DOP's (denominação dos produtos regionais com indicação geográfica e certificado de especialidade) às entidades a quem foram atribuídas, controlar o IFAP para que os agricultores resolvam os seus problemas; receber os apoios financeiros à batata de semente e subsídios e apoios aos efetivos pecuários do Município e do Estado e que o apoio técnico por parte do Estado não falte. Não estou de acordo que o Município por entreposta pessoa possa vir a pagar a dívida da Caixa de Crédito Agrícola Mutua do Matadouro que já não apresenta contas de gerência nesta Assembleia Municipal há mais de cinco anos e o executivo encobre uma situação destas, mas que me atrevo a estimar um valor da dívida em um milhão de euros.

Falando dos órgãos dirigentes da futura cooperativa, nada me move contra quem quer que seja, considerando os nomes avançados nessa assembleia de pessoas de bem, só não condiz a Bota com a perdigota ao pôr o Rui Duarte, pessoa de confiança do Senhor Presidente do Município, como presidente da Direção e o Pai Manuel Duarte como presidente da assembleia, parece-me não ser incompatível mas o ditado romano reza " a mulher de César não basta ser tem também de o parecer. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves".

O deputado Nuno Pereira denunciou a hipocrisia e incompatibilidade das pessoas quando antes eram contra a regionalização agora lutam na CIM por direitos, sem musculatura para suportar tais exigências. Há uns anos atrás queria-se dar às autarquias locais autonomia para combater situações de crise, como a que se vive hoje, e toda a gente votou contra. Hoje toda a gente quer esses recursos e energias e não há meios para conseguir combater a grave crise que o país atravessa.

Essas pessoas que lutaram contra a regionalização são as mesmas que gritam com vozes roucas por direitos que não conseguem reivindicar.

Deixou ainda a ideia que todos nos devemos consciencializar que tem de haver mudança e criar rutura com o atual sistema político.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Domingos Vasconcelos disse que foi a uma reunião da CIM e disse que se falou muito e muita teoria mas nada se trouxe de novo.

Pediu que o posto médico de Ferral fosse reparado pois não está em boas condições. Já que a Câmara recebeu dinheiro das rendas da EDP, podia fazer essa pequena intervenção.

Perguntou em que ponto está a posto da GNR da Venda Nova.

Disse que as estradas municipais têm a vegetação a brotar por todo o lado. Devia-se utilizar a máquina de corte de fios. Verifica-se falta de cuidados dos serviços técnicos da autarquia. As aldeias ficariam mais bonitas. Com a festa da Misarela, as pessoas vão atravessar Sidrós e dá má imagem da autarquia se continuar suja.

A deputada Fátima Crespo entregou os seguintes documentos à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados: gostaria muito de poder tecer comentários aos vários eventos que este município tem realizado, no entanto, não me é possível pelo simples facto de que por princípio só gosto de falar daquilo em que efetivamente participo.

Vou, por isso referir-me apenas e só à última sexta- feira 13, a única deste ano, uma sexta feira mágica em noite de Lua Cheia.

Um dia preenchido por um programa tão vasto, agradável e variado, culminado com a atuação de atores incedíveis como o Padre Fontes, o Bruxo Queiman e todo o elenco teatral que com a Chamada (ponto alto do espetáculo), fizeram as delícias dos espectadores. E, claro, a queimada e o fogo-de-artifício, não deixaram ninguém indiferente tornando o ambiente apetecível até altas horas da madrugada.

Foi isso que aconteceu. Um espetáculo memorável!

Segundo o canal televisivo SIC, foram quase noventa mil aqueles que movidos pela curiosidade invadiram Montalegre na noite de 13 de junho. É obra! E quem melhor do que os visitantes para testemunhar a grandiosidade do evento? Questionados pelos órgãos de comunicação social as respostas eram estas: sublime, fantástico, muito gratificante, adoro isto, já vim vezes sem conta, cada ano tem sido melhor, magnífico, brilhante, mágico e memorável.

Sinto estas palavras, como o reconhecimento do enorme esforço dispendido pelo Município que está empenhado em fazer de cada evento um espetáculo único e irrepetível.

É importante que, perante tanto sucesso, também nós os cidadãos locais sejamos capazes de refletir e reconhecer os benefícios que o evento acarreta para a economia da terra.

Aqueles cujo retorno financeiro é imediato, deverão também refletir, reconhecer e colaborar com o máximo empenho no acolhimento e na prestação dos serviços aos visitantes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Pessoalmente interrogo-me, em cada espetáculo, como é possível tanta diversidade de temas, tanta criatividade, tanta organização?

Sinto muito orgulho em cada sexta 13 que passa e quando se aproxima a seguinte já não tenho dúvidas que o sucesso é garantido.

Que mais me resta dizer senão aplaudir todos os responsáveis por esta maravilha que cada vez que acontece não para de surpreender?

É que ... Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce. Parabéns a todos. Assinado, a deputada Maria de Fátima Crespo”.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Exma. Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Tendo sido designada para representar esta Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES do Alto Tâmega e Barroso e alertou para a necessidade de dinamização do Conselho da Comunidade.

Após a tomada de posse do novo conselho da Comunidade e da apresentação em conjunto do Plano Anual de Atividades, do Relatório Anual de Atividades bem como da conta de gerência, foi feita uma breve abordagem aos recursos humanos existentes, unidades funcionais, população inscrita residente bem como aos processos de contratualização interna e externa.

Foram constatadas pelos profissionais de saúde as dificuldades registadas para os picos de população em determinadas épocas do ano, utentes sem médico de família resultado da aposentação de alguns clínicos, a procura elevada de população nas urgências hospitalares os quais revelam dificuldades a aceder às consultas nos centros de saúde, o âmbito de atendimento em Consulta Aberta que não contempla situações de emergência/urgência que deverão ser atendidas nas urgências hospitalares.

Foram ainda abordadas a questão da criação da Unidade Local de Saúde, a questão da idade avançada dos médicos que fazem urgência na Unidade de Chaves e que uma eventual recusa destes profissionais em fazer serviço de urgência, colocará em causa o atendimento.

Introduzindo o tema da rede nacional de cuidados continuados, fomos informados pela Dra. Maria José Bessa que a Unidade de Chaves vai fechar e que uma eventual recusa destes profissionais em fazer serviço de urgência, colocará em causa o atendimento.

Introduzindo o tema da rede nacional que o Administrador do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro referiu a intenção da abertura dos cuidados Paliativos na Unidade Hospitalar de Chaves.

No final da ordem de trabalhos, em outros assuntos, foi proposto pelo Senhor Presidente do Conselho da Comunidade, elaborar uma moção que aborde as principais preocupações em termos de saúde, da região do Alto Tâmega e Barroso. Moção: no dia 11 de junho de 2014 pelas 9h00 da manhã realizou-se a reunião do conselho da comunidade, nos termos do Decreto-Lei 28/2008 de fevereiro, alterado pelo Decreto- Lei nº102/2009 de 11 de Maio, do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sgrupamento de Centros de Saúde de Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso, nas instalações do Centro de Saúde nº2 de Chaves.

Marcaram presença na reunião o Presidente do Conselho da Comunidade e da Câmara Municipal de Chaves, o Diretor Executivo do ACES, os vogais do Conselho Clínico e de Saúde Pública e de Serviço Social, e os representantes do Centro Distrital de Vila Real do Instituto de Segurança Social, do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco, dos agrupamentos de escolas de Boticas, Valpaços, e Escolas Fernão Magalhães e representantes das Assembleias Municipais de Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Valpaços.

No final da ordem de trabalhos, em “outros assuntos”, foi proposto pelo senhor Presidente da Comunidade, Arquiteto António Cabeleira, elaborar uma moção que aborde as principais preocupações, em termos de saúde, da região do Alto Tâmega e Barroso. A moção foi posta a votação, a qual mereceu a aprovação por unanimidade, pelo que se transcreve: “os cuidados de saúde primários são o pilar central do sistema de saúde, com uma tónica muito forte na prevenção da doença, como também na prestação de cuidados e ligação a outros serviços para garantir a continuidade dos cuidados de saúde ao cidadão.

Atualmente as exigências, no que concerne à qualidade da prestação dos cuidados de saúde, passa pela contratualização, definição e desenvolvimento de normas, estratégias e procedimentos, num quadro de forte restrição orçamental, que poderá colocar em causa a equidade na acessibilidade aos cuidados de saúde.

Neste sentido, é comungada a preocupação com a média de idade dos médicos que exercem funções no Hospital de Chaves e no ACES, que aliás se reflete nos pedidos de aposentação destes profissionais, e que poderá colocar em causa o regular funcionamento dos serviços, e, conseqüentemente a prestação de cuidados de saúde aos utentes. Com efeito, diversos jovens médicos realizam o internato médico na unidade hospitalar e no ACES, mostrando interesse em fixar-se na região, são posteriormente colocados noutros locais.

Entendem ainda os subscritores da presente moção manifestar a profunda preocupação com a progressiva desqualificação do Hospital de Chaves assim como o encerramento da Unidade de convalescença do centro hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Manifestar também a preocupação com o encerramento da única unidade de média/ longa duração existente na cidade de Chaves, não obstante se desconhecer em concreto os motivos de encerramento da existente, pelo que exorta à necessidade de encontrar uma solução que permita a existência de uma unidade desta tipologia na cidade. Saliencia-se a necessidade de um olhar atento e diferenciador para quem vive no interior, que se vê, cada vez mais, envelhecido e despovoado, problemática que apenas poderá ser atenuada com uma discriminação positiva de quem aqui vive.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Dar conhecimento da presente moção ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Saúde e ao Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte a qual é subscrita por todos os presentes. Chaves, 11 de junho de 2014.”

O deputado Ricardo Moura disse que o dia 2 de agosto se aproxima e que acredita no reaparecimento do deus Larouco. Temos que acreditar sempre. A obra está pronta e é mais uma obra que vai trazer milhares de pessoas ao concelho de Montalegre. Mais uma vitória para o Partido Socialista.

Disse que quanto mais se fala no Zé Justo mais razão se lhe dá. Na altura era um senhor em Montalegre e quem o ajudou foi o Carvalho de Moura e o Acácio Gonçalves das finanças. Por isso devia estar calado. No dia da reunião da nova cooperativa, o Acácio Gonçalves esteve presente, fez as perguntas que quis e depois diz que não sabe de nada.

Sempre que o PS faz alguma coisa há sempre alguém que é contra e disso exemplo é a Feira do Fumeiro, o Congresso de Vilar e a Sexta 13, mas o que é certo é que o progresso de Montalegre foi feito pelo PS.

Admitiu que votaria PSD se este partido apresentasse propostas que merecessem o esforço.

Terminou dizendo que quem apoia o matadouro não apoia o Justo mas sim o concelho e os agricultores.

O deputado José Fernando Moura perguntou qual o preço total da organização da Volta a Portugal em bicicleta e como foi adjudicada a estrada do Larouco.

Felicitou o executivo pelas medalhas atribuídas aos ex- autarcas e parabenizou os Bombeiros Voluntários de Montalegre pelos 65 anos e propôs a homenagem ao Eng.º Gusmão.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Caros colegas desta Assembleia Municipal, Cumprimento também os ilustres membros do executivo municipal aqui presentes, e, naturalmente, o público presente.

Pedi a palavra neste momento inicial dos trabalhos da Assembleia Municipal para me referir a alguns assuntos que me parecem merecedores da nossa atenção, quer pelo que significam para o nosso concelho, e até para o nosso país, quer pela dimensão que atingiram.

Refiro-me à questão da Interioridade, que cada vez mais é um fator de exclusão e discriminação. Creio que nisso estamos todos de acordo.

Mas, o aspeto fundamental acerca do qual deveríamos estar todos de acordo é a forma de combater e ultrapassar os condicionalismos da interioridade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

No entanto, tivemos, no passado fim de semana, a possibilidade de verificar que esta realidade da interioridade, é, pelos vistos, bem menos importante e merecedor de debate do que as ideologias político-partidárias de cada um. Triste e desolador futuro se nos adivinha se nem para defender o que é nosso nos unimos!

Refiro-me à Convenção organizada pela CIM do Alto Tâmega, que decorreu no passado sábado em Vila Pouca de Aguiar e onde era suposto refletir de forma conjunta acerca das políticas pensadas e implementadas para o interior em diversas áreas, nomeadamente Saúde e Ação Social. (Aqui permitam-me uma correção pessoal: políticas pensadas e implementadas no Litoral às quais o Interior tem que se adaptar se quiser. Se não quiser paciência, avança o Portugal de primeira, e fica para trás o Portugal de segunda).

Mas, dizia eu que a ideia era merecedora de muita atenção e empenho de todos os presentes, no entanto, rapidamente percebemos que se tratava não de fazer um diagnóstico sério e apresentar conclusões verdadeiras, mas sim de defender quintas, posições pessoais e políticas desastrosas que constituem um ataque verdadeiramente feroz ao Interior.

Naturalmente que cada um defenderia a sua posição conforme se coloca, também, no plano político, pois isso define, à partida, as áreas de interesse e importância de cada um.

Disso não temos dúvidas e até é legítimo.

No entanto, há que ser sério e falar verdade.

Há que ser sério mesmo dentro do partido e ideologia de cada um e, sabermos, que o mais importante é a nossa terra, a nossa região.

E para isso, para sermos sérios, reconheço aqui que, também nós socialistas, nos Governos que formamos não fizemos tudo bem e até cometemos alguns erros. Mas o que se passa hoje é demasiado grave!

Portanto, se formos sérios, e colocarmos as questões político-partidárias de parte, alguém tem dúvidas que esta gente que nos governa é gente que não defende o Interior? Gostarão do Interior? Reconhecerão as suas especificidades? Pelas decisões tomadas para este Interior esquecido, arrisco-me a dizer que não.

O quem tem vindo a acontecer ao Interior é preocupante. O interior que deve merecer especial atenção e maior justiça em relação ao restante território, pois, justiça é termos tribunais abertos e justiça acessível a todos os cidadãos, para que não tenham que escolher entre fazer valer os seus direitos ou comprar medicamentos; Justiça é ter acesso a um Serviço Nacional de Saúde



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

digno e não percorrer quilómetros sem fim para realizar um tratamento desgastante; Justiça é ter comida na mesa sem ter que deixar de pagar a água ou eletricidade; Justiça é viver condignamente, sem a vergonha de sabermos que há famílias no nosso país que dependem das cantinas sociais para se alimentarem.

É importante, por isso, refletir no esforço, criatividade e responsabilidade com que as autarquias se empenham e conseguem gerir este pedaço de reino maravilhoso, procurando defender e investir nas suas populações.

Nomeadamente, em áreas em que o Estado se demite, como é exemplo a luta forte e sempre na primeira linha contra o fecho e desmantelamento dos serviços de saúde do nosso Distrito, nomeadamente no Hospital de Chaves e, sabemos bem, qualquer dia nos tocará a nós. Nessa altura, quando nos quiserem fechar mais serviços de saúde (aqui no nosso concelho, sim, porque estou certa que esse dia tragicamente inconsequente chegará), aí sentiremos ainda mais na pele o isolamento e abandono a que nos querem largar.

Bem como, é exemplo de responsabilidade e criatividade, também o investimento no funcionamento de respostas da área da saúde vergonhosamente esquecidas e desconsideradas pelo Governo, como é o caso das Unidades de Cuidados Continuados. Uma das melhores e mais importantes respostas criadas na área da saúde e reabilitação, hoje com a triste realidade de alguns edifícios, que apesar de preparados para funcionar, como é o nosso, continuam fechados por falta de acordo com a Segurança Social e, outros em que foi realizado tanto investimento, a fechar as portas, como é o caso de Chaves e o risco de Ribeira de Pena, recusando desta forma, uma resposta séria e especializada na área da reabilitação.

Permitam-me, por fim, fazer uma referência ao Executivo da nossa Câmara, o presente como o anterior, que sempre demonstraram a preocupação de trabalhar em prol do bem-estar da população e, a este respeito considero poder afirmar, com segurança, que todos nós reconhecemos o mérito do trabalho que desenvolveram no que se refere ao investimento nas estruturas de âmbito municipal com serviços de apoio social e saúde.

Este trabalho está à vista de todos os que realmente querem ver, tem reflexo em diversas freguesias, em várias áreas, através das várias estruturas criadas, nomeadamente no apoio aos idosos, às crianças e às famílias.

Acredito nas noites mal dormidas, nas dores de cabeça em algumas alturas... Mas é com agrado que verificamos a continuidade da aposta nos domínios da intervenção social e da saúde que refletem, ainda, o esforço renovado em criar novas respostas para enfrentar os novos desafios da modernidade neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

contexto de crise e de emergência de novas formas de pobreza e de exclusão social. Muito obrigada. Assinado, a deputada Ana Isabel Dias”.

O deputado Pedro Barroso Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Antes de mais quero mostrar o meu contentamento pelo facto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia conter vários pontos relacionados com a produção agrícola e animal. Aproveito para perguntar: para quando um pelouro exclusivo para a floresta e agro-pecuária?

Mas a minha intervenção principal vai noutro sentido e um pouco sobre o que o meu colega Acácio disse.

Tem-se discutido muito nesta Assembleia a questão da falta de transparência do município e hoje sou “obrigado” a trazer novamente este assunto à baila devido a dois processos recentes, conduzidos pela Câmara, de uma forma muito obscura: A venda das escolas e a criação de uma cooperativa.

Sobre o primeiro processo tenho de lamentar a falta de divulgação e, em particular, a falta de discussão do tema e do regulamento que ditou a alienação de 5 escolas. Eu, e grande parte dos Barrosões, gostávamos de ter acesso a esse regulamento. E se não sou totalmente contra a venda dos edifícios, sobretudo nos casos em que não podem ser recuperados a favor das comunidades locais, acho que se devia regular no sentido de se destinarem preferencialmente à habitação e, em particular, para jovens casais que pretendam residir nas aldeias. Também devia ficar regulamentada a obrigatoriedade de recuperação e a impossibilidade de revenda num prazo mínimo de 10 anos. Ainda assim, espero que a Câmara cumpra a promessa de destinar o dinheiro resultante destas vendas para investimentos diretos nas localidades abrangidas, e não acontecer como no caso das rendas da EDP.

Já sobre o processo da criação da nova cooperativa, muito já foi dito, mas muito mais há a dizer e várias questões se levantam. Em primeiro lugar, considero que quase todas as ideias que o Sr. Presidente da Câmara quer aplicar na agro-pecuária do concelho são boas e inserem-se dentro daquilo que há muito defendo nesse ramo e, só por isso, não posso deixar de lhe dar os parabéns, até porque representam um rompimento com o passado e as ideias do seu antecessor. No entanto, também não posso deixar de o criticar pela forma precipitada e pouco transparente como tem conduzido alguns destes processos com são os casos do Castanheiro, da Batata de semente e, agora, da Cooperativa.

Faz sentido tentar recuperar a OPP do concelho, as DOP e salvar o matadouro? Faz, mas de que forma e a que preço!? Será que é esta cooperativa criada à pressa, sobre a pressão de ameaças, às escondidas nos bastidores do seu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

gabinete e altamente politizada, que responderá a estes desafios? O futuro o dirá, mas não se criam estruturas sólidas sem bons alicerces.

Nem estou a por em causa os nomes escolhidos para os órgãos e/ou o seu currículo. No caso particular da pessoa que, segundo se diz, terá sido indicada para presidente, é jovem, empreendedor, tem capacidades e representa futuro. O mesmo não se pode dizer de outros cooperantes fundadores.

Mas acho que todo este processo devia ser desenvolvido com calma, sem pressões, ouvindo a maioria dos agricultores, pessoas ligadas ao sector e, uma vez que se tratou de um processo político, também a oposição.

Deixo mais algumas questões que se levantam e que eu gostava de ver respondidas: quanto vai custar todo este processo ao município? Quem pagou os títulos e a escritura? Se eu ou outra pessoa quiser ser cooperante a Câmara também me paga a cota? Qual foi o critério de escolha dos sócios fundadores? Quantos agricultores foram auscultados para a criação desta nova cooperativa? Que culpa têm os 90% ou mais que não foram ouvidos, nem sequer souberam deste processo obscuro e que podem vir a perder o apoio à sanidade se não houver entendimento entre as suas associações? Quem garante que a qualidade do serviço se vai manter? Esta nova cooperativa vai assumir dividas alheias criadas por uma outra cooperativa que teve uma gestão danosa? Assinado, o deputado Pedro Barroso".

O deputado Paulo Barroso reforçou o sucesso da sexta 13 e disse que economicamente ajuda muito a população. O evento já foi alargado a todo o país e agora convém investir-se na divulgação na vizinha Galiza.

Disse que Tourém finalmente tem um centro de Avifauna resultado do trabalho do PNPG. Está pronto para visitas guiadas e para escolas.

Deu os parabéns aos Bombeiros Voluntários de Montalegre pelos 65 anos.

Disse que é muito mau pôr-se em causa uma cooperativa que ainda está a dar os primeiros passos. Devia-se fazer precisamente o contrário. Incentivar os jovens corajosos que estão na frente deste projeto para que o sucesso deles seja o sucesso do concelho de Montalegre.

Os deputados Manuel Pereira Duarte e Acácio Gonçalves fizeram uma intervenção para exercício do direito de defesa da honra.

O deputado Manuel Duarte disse que sempre gostou mais de ouvir do que falar mas admira-se com o facto de ainda há pouco tempo se ter formado a cooperativa e já estão a falar mal. Disse ainda que a mulher de César é muito séria.

O deputado Acácio Gonçalves disse a Câmara investiu 300 mil euros em Padornelos e por isso é que o Ricardo Moura canta de galo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que muitas vezes levantou a questão sobre a criação de um gabinete de apoio à agricultura e 90% da população desconhece que existe esse gabinete nas instalações da autarquia e muito menos que a Eng<sup>a</sup> Ana Justo é funcionária da Câmara pois poucas vezes põe os pés na Câmara.

O Senhor Vice- presidente da Câmara disse que se verifica que o deputado Acácio Gonçalves prepara as reuniões das assembleias municipais e que faz devidamente os seus estudos. Disse que é verdade que D. Sancho atribuiu o foral primeiramente a Tourém e a Padornelos, mas o pelourinho está no sítio dele e informa que as armas de D. Afonso III estão junto à igreja do castelo.

Disse que se vê que o deputado Acácio Gonçalves é um apaixonado por cooperativas só que agora os protagonistas são jovens da terra e o executivo só está a fazer aquilo que prometeu. Disse que fez uma reunião com as associações locais e elas entenderam-se na perfeição, sem chantagens nem pressões. Viram que o esforço tripartido não dá resultado. Foi a Câmara que tomou a iniciativa mas foram as associações que escolheram os nomes democraticamente. A sanidade foi o primeiro mote. Depois temos um projeto de 20 toneladas de batatas base e vai ser uma entidade externa e certificada que vai fiscalizar o processo. Trinta agricultores inscreveram-se, foram analisados os terrenos mas verificou-se que há muito terreno contaminado e só os que reuniam condições avançaram. Há regras que têm que se cumprir.

Relativamente aos dirigentes da nova cooperativa, disse que não há nada a dizer. São quem são e deviam-se apoiar para bem de todos.

Disse ainda que ninguém devia ter coragem de pôr em causa o trabalho e competência da Eng<sup>a</sup> Ana Justo como funcionária da autarquia e os superiores dela sabem os horários que ela pratica.

Sobre o posto médico de Ferral e o posto da GNR, disse que são edifícios do Estado e que nos devíamos preocupar mais que estes não fechem do que com a falta de condições, porque há tentativas para o fazer.

Disse que se há município que se preocupa com a limpeza do concelho é Montalegre e há duas equipas permanentes na limpeza, mas temos que entender que o concelho tem 700km<sup>2</sup> de rede viária. Também já se começa a sentir falta de pessoal nas brigadas mas o Governo não deixa contratar ninguém.

Sobre a sexta 13, disse que foi de facto uma noite de lua cheia e toda a equipa está de parabéns. Não são espetáculos contratados "chave na mão". Dá muito trabalho e por isso é um orgulho.

Sobre a cerimónia de condecoração dos ex- autarcas, disse que esta foi direcionada somente para autarcas que tinham dois ou mais mandatos. Concorda com a condecoração do Eng.<sup>o</sup> Gusmão, mas terá que ser noutro contexto e enquadramento específico.

Disse que a Volta a Portugal é outro evento que tem contas transparentes e vai sempre a reunião de Câmara e em caso de dúvidas podem sempre perguntar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

aos vereadores. A Volta a Portugal resume-se a duas voltas. A Volta do Futuro, que é dos mais jovens, e a volta principal, no dia 2 de agosto, dos ciclistas principais. Esse contrato custa 50 mil euros que inclui toda a promoção, um stand que acompanha todas as etapas e toda a divulgação.

Sobre as obras de melhoramento do acesso à serra do Larouco informou que esta engloba diversos trabalhos, quer de repavimentação, de construção de um troço novo, construção de valetas e colocação de railes com o custo aproximado de cerca de 300 mil euros. E não se trata de nenhum favor ao Ricardo Moura pois até à porta dele já tinha alcatrão.

Disse que é medíocre pensar sempre negativamente sobre as iniciativas levadas a cabo pelo executivo, pois o turismo poderá ter um grande impulso uma vez que o miradouro de excelência do concelho é o Larouco.

Falou de uma empresa e uma universidade que fizeram o estudo quanto ao retorno económico da prova do Mundial de Ralicross e outro quanto à imagem a nível nacional em termos de comunicação com resultados muito bons. Os estudos de comunicação através dos média da imprensa escrita, televisão, rádio, internet no campeonato do Mundo de rali, que se realizou nos dias 3 e 4 de Maio, indicam que o volume de informação que saiu foi 180 notícias sobre Montalegre, sobre a região e sobre a prova. O valor desse espaço mediático que deu visibilidade ao evento e à região, pode ser aproveitado para potenciais patrocinadores tendo como referência o preço de tabela que se tivesse que ser pago custaria aos cofres do município 938.381,00€. Mas audiências acumuladas, nas diferentes TV´s tivemos 8,30 minutos de tempo de transmissão. A RTP com mais de um minuto e meio atingiu 125 mil expectadores, na imprensa escrita atingiu um público de 3.8 milhões de pessoas. Na internet, na TSF e na Auto Sport também estivemos presentes. Com isto tudo, estima esta empresa que Montalegre foi vista por 5 milhões de pessoas pois foi transmitida em direto para 38 países.

O instituto de marketing do Porto estima que este evento trouxe aos cofres do concelho 1,5 milhão de euros.

Disse que na convenção da CIM ficou patente que a política nunca fica de lado em assuntos de extrema importância para regiões de interior como as nossas. A voz tinha que ser apenas uma. A zona do Alto Tâmega paga os seus impostos como qualquer cidadão português e por isso devemos exigir serviços públicos de qualidade e com proximidade. Tivemos a representação do concelho de Montalegre feita por duas senhoras, a Dra. Ana Isabel Dias e a Senhora Vereadora Dra. Fátima Fernandes que por sinal foram as que retiraram mais aplausos do público. Realçou ainda que a Vereadora Fátima Fernandes desdobra-se em reuniões para que não haja fecho de escolas no concelho de Montalegre. E não vão fechar. Mas continuamos preocupados com as extensões de saúde de Montalegre e com a urgência e não nos foi dito que não vão fechar. E continuamos a lutar por uma simples reunião com o Senhor Ministro para se abrir a CERCI e a UCC.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que não é verdade que não houve divulgação do concurso da venda das escolas. Estava previsto no plano e orçamento, foi à reunião de Câmara, foi divulgado no site do Município, nos avisos do Diário da República e na rádio Montalegre.

Falar na coop- barroso é bater no ceguinho. Devem criar-se as OPP's e a DOP's e criar agrupamentos pois se não for isto que desejam é sinal que não querem o bem dos agricultores.

Felicitou a abertura do primeiro centro educacional ambiental do Ecomuseu de Barroso pois isso é mais uma prova que o Ecomuseu faz um trabalho sério e não fechou como muitos gostariam. Trata-se de um espaço que vai atrair um público muito específico.

Sobre os 65 anos dos Bombeiros Voluntários de Montalegre, como Comandante da corporação, convida todos os presentes pois é uma festa de todos e para todos.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Nuno Pereira, Pedro Barroso, Ana Isabel Dias e José Fernando Moura.

O deputado Acácio Gonçalves disse que neste concelho os Justos são Justos e isso é uma verdade.

Disse que acha bem que a cooperativa seja para os novos mas como já foi novo e as suas expectativas foram defraudadas, está a salvaguardar as falsas expectativas que possam ser criadas.

Disse que a Câmara se assume sempre como inocente em todas as questões do matadouro, mas a mudança dos órgãos de gestão é um fator muito importante que a Câmara deveria ter em conta.

O deputado Domingos Vasconcelos, sobre a limpeza das ruas e das estradas, disse que a Câmara deve delegar mais competências nas juntas de freguesia, atribuindo mais verbas e meios.

O deputado Nuno Pereira disse que a política do Governo é desprestigiar o emprego público e por isso não deixa contratar pessoas para trabalhar.

Disse que a Unidade de Cuidados Continuados não abrem no interior para abrir no litoral e mais uma vez apela para uma mudança brusca ou corre-se o risco de perda de força do interior.

Felicitou o vice-presidente pois, pela primeira vez, apresentaram dados concretos do retorno dos eventos e realçou que muita gente se desloca a Montalegre com a passagem da Volta a Portugal em bicicleta.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Eu concordo com o que disse o meu amigo Paulo Barroso, mas pergunto: como





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

podemos juntar-nos todos em redor deste projeto se houve muitas pessoas que “não foram tidas nem achadas” em todo este processo?

Quanto ao Sr. Vice-presidente, com certeza que não esteve atento à totalidade da minha intervenção, provavelmente também “anda muito de noite”. Eu não disse que era contra a Cooperativa, até frisei que sou a favor de todas as ideias que tragam benefício à agricultura. O que eu critiquei foi a forma precipitada e obscura como foi conduzido todo este processo. Além disso acho que também é criticável a diferença de tratamento que a Câmara dedica às diversas associações e cooperativas. Por exemplo: em 2007 foi criada a Cavada do Povo, uma cooperativa de agricultores de modo de produção biológico (MPB), uma vertente da agricultura que tem muito potencial no nosso concelho e que merecia a maior atenção do Município. Esta cooperativa, a primeira do género em todo Trás-os-Montes, foi criada por um grupo de jovens independentes e empreendedores. Fez-se a escritura, pagou-se esta e todos os outros processos burocráticos, certificaram-se terrenos, criou-se uma imagem, fez-se um colóquio, estabeleceram-se contactos com outras entidades como a BIOCOOP de Espanha, as Ervas Finas e até o Casino de Chaves, para apoio à comercialização. Produziu-se o primeiro mel biológico do país, que entretanto já ganhou vários prémios, produziram-se batatas biológicas, cebolas, cogumelos, etc.

Depois disto tudo a Câmara de Montalegre foi contactada para apoiar este projeto da mesma forma que apoiava as restantes associações e cooperativas, e o ex-Presidente respondeu que queria ver trabalho e, no futuro, talvez apoiasse.

Por outro lado, vê-se o modo de atuação para outras entidades, algumas criadas diretamente pela Câmara, como a Associação para a Promoção das Terras do Barroso, a Barrosana, a CoopBísaro, etc. que mal se criam e recebem alguns milhares de euros à cabeça, ainda sem trabalho algum no terreno. Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

A deputada Ana Isabel Dias alertou o deputado Acácio Gonçalves para o artº25 do regulamento da Assembleia Municipal, nomeadamente no ponto 3 para que se evitem situações menos dignificantes e todos se relacionem na base principal da democracia, que é o respeito.

O deputado José Fernando Moura disse que teve a oportunidade de falar com o ornitólogo em Tourém e que em Tourém estavam prestes a bater o record de 100 espécies de aves.

Disse ainda que o vice-presidente não respondeu à questão da adjudicação da estrada do Larouco.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vice- presidente da Câmara disse que tem que se arranjar uma solução para o Matadouro. Qual ainda não sabe, mas tem que se arranjar. Tudo se arranjará a seu tempo.

Disse que não adianta não querer perceber como é que a cooperativa foi feita. Quem escolheu os representantes das associações foram as associações.

Falou da associação Cavada do Povo, que apoiou quanto possível na ADRAT, a questão é a quantidade de produto que é produzida.

Sobre as adjudicações, disse que obedecem ao processo normal de empreitada em várias fases da obra.

Os deputados Acácio Gonçalves e José Fernando Moura usaram da palavra para esclarecimentos.

O deputado Acácio Gonçalves pediu desculpa pela alteração do tom de voz e pelos ânimos exaltados.

Disse que ainda que o executivo atira a pedra e esconde a mão. A Câmara devia dizer às associações para que estas consultem os seus associados de forma a que estes intervenham no processo.

O deputado José Fernando Moura referiu que se foi ajuste direto não pode ser de 150 mil euros.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que devíamos ser todos mais cumpridores e mais respeitadores pois há um regimento e ele está na assembleia para o fazer cumprir. Há tolerância para tudo e quem reclama não tem direito a faltas de respeito.

### **4 – Período da Ordem do Dia**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

O Senhor Vice -presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Bem a propósito do que falei na minha anterior intervenção questiono o valor de 30 mil euros para a CoopBísaro. Acho muito bem que se apoiem as raças



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

autóctones, em particular o porco Bísaro, mas acho muito redutor que se crie uma cooperativa só de uma aldeia. Não conheço totalmente os seus estatutos, mas acho que devia, pelo menos, abranger a totalidade do concelho. Além disso, e agora com a criação da nova cooperativa, não se estará a fazer uma sobreposição de verbas para o mesmo fim.

Na minha anterior intervenção, também queria ter perguntado o que acha a Câmara da aposta na agricultura biológica? Uma vez que eu considero que é um caminho muito interessante e quase obrigatório para a nossa agricultura, até porque o nosso concelho tem condições muito boas para este tipo de agricultura, em particular para a produção de pequenos ruminantes, mas também, por exemplo, batata de semente biológica, um produto raro e com muito mercado. Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

O Senhor Vice- presidente da Câmara disse que é um processo que se arrasta já há algum tempo, muito antes da Coop Barroso e é um exemplo que muitas aldeias deviam seguir. É um dinheiro para apoio à criação de infra-estruturas para a agricultura biológica. É tudo muito bonito mas vivemos numa zona de montanha e não se produz em quantidades suficientes.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.2 - Aquisição de trabalhos a mais relativos à alteração da linha n.º 12 do Protocolo “Rede de transportes concelhia”, no período de 08.02.2014 e 10.03.2014.**

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.3 – Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção de Batata de Semente.**

O Senhor Vice -presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o regulamento devia ser mais explícito. Deve haver poucos agricultores candidatos sabendo que à partida tem que estar licenciado para se candidatar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vice- presidente da Câmara disse que o artº 3º do regulamento explica tudo. Estão 14 agricultores inscritos e o produtor multiplicador será a Coop Barroso ou a Mútua.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que é uma porta aberta para o sucesso do concelho. Pediu para que se deixem as questões pessoais de fora e que todos apoiem este projeto pois é um projeto de excelência.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.4 – Minuta de Alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao fomento da Produção Pecuária.**

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Acho que este protocolo devia incluir também os suínos, ou então deve ser criado um específico para apoio às medidas obrigatórias de profilaxia de suínos, devidas ao Plano de controlo e erradicação da doença de Aujeszky, que incluem várias vacinações anuais e recolha de sangue, e que nem sequer estão a ser comparticipadas pelo estado. Com certeza que a Câmara está informada acerca destas obrigações dos suinicultores e espero que estes mereçam a mesma atenção que os criadores de bovinos e pequenos ruminantes. Até porque a criação e produção de suínos tem vindo a aumentar no nosso concelho e tem muito potencial. Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

O Senhor Vice- presidente da Câmara disse que os pagamentos da sanidade animal estão atrasados pois houve bastantes burocracias na alteração das contas bancárias, resultado da mudança de executivo e pela solicitação de transferências diretas para os agricultores sem encargos financeiros para a autarquia.

Quanto aos suínos, disse que está a ser pensado o apoio às porcas parideiras ou apoio às taxas de abate para a feira do fumeiro. Está a ser ponderado o melhor tipo de apoio.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.5 – Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração de Pequenos Ruminantes.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Quanto a este protocolo, e depois de vermos tanta propaganda à volta da grande promessa eleitoral deste executivo, parece-me que se pode dizer que “a montanha pariu um rato”. Criaram-se muitas falsas expectativas, em particular, que se o agricultor tivesse mais de 150 animais adultos, a Câmara iria dar-lhe, anualmente, 5 mil euros. Ora, agora vemos que esse benefício poderá acontecer uma única vez e só a novas explorações, criadas depois de Janeiro de 2014, e cuja atividade principal do proprietário seja a produção a criação de pequenos ruminantes.

Não digo que todo o apoio que possa ser dado a este sector é muito bem-vindo e merece aplausos mas, neste caso, e depois de tanta expectativa criada pela campanha eleitoral, isto sabe a pouco. Assinado, o deputado Pedro Barroso.”

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.6 – Prestação de Contas do Exercício de 2013 da Associação Energia de Trás-os-Montes – AE-TM (para conhecimento).**

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.7 – Pedido de autorização para abertura de procedimento concursal com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado (seis contratos a tempo inteiro e catorze contratos a tempo parcial).**

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Domingos Vasconcelos.

O deputado Domingos Vasconcelos perguntou se os colaboradores em questão já estão lá a trabalhar e apenas se trata de processos burocráticos para lhe resolver o problema ou se se trata, como foi anunciado na campanha eleitoral, contratações para pessoas ligadas ao Partido Socialista.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que os lugares são os que já existem, do pessoal que dá apoio às escolas e que fazem falta. Ficarão nos lugares, quem concorrer e as pessoas que reunirem mais condições.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.8 – AMAT / Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano económico de 2013 (para conhecimento)**

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.9 – EHATB / Relatório de Execução Orçamental relativo ao 4º trimestre do ano de 2013 (para conhecimento).**

O Senhor Vice -presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a EHATB disse que o relatório de contas apresenta um saldo líquido negativo e é um sustentáculo para a boémia deste concelho e deviam-se virar mais para as questões sociais, como é o caso do apoio à natalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que todos os autarcas têm o dever de reconhecer o mérito desta empresa. Não há outra no país e é um exemplo extraordinário do sacrifício que os autarcas fizeram, em nome do povo, em investir lá tanto dinheiro para agora haver estes resultados. Esta empresa causa inveja a muita gente. As despesas que a EHATB tem com os eventos dos concelhos, são despesas que são evitadas às câmaras e se não as tiver, paga impostos. E é melhor usufruirmos destes benefícios do que entregar o dinheiro ao Estado.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.10 – EHATB / Relatório e Contas relativo ao ano de 2013 (para conhecimento).**

A Assembleia tomou conhecimento.



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

### **4.11 – Associação Promotora do Ensino de Enfermagem de Chaves / Relatório de Contas relativo ao ano económico de 2013 (para conhecimento).**

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.12 – Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda. / Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2013 (para conhecimento).**

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.13 – ADRAT / Prestação de Contas de 2013 (para conhecimento).**

A Assembleia tomou conhecimento.

## **5 – Período após a ordem do dia**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

### **O Presidente da Assembleia**

---

Fernando José Gomes Rodrigues

### **O 1º Secretário**

---

Manuel da Silva Carvalho

### **O 2º Secretário**

---

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas